



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2ª VICE-PRESIDÊNCIA DO TJRJ

**GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA
CARCERÁRIO NO ÂMBITO DO
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(GMF/RJ)**

ATA DE REUNIÃO
N. 07/2023

Data: 20.04.2023

Horário: 14h

Local: Sala de Reunião GMF/RJ –
Lâmina IV – Sala 206 e Teams.

Consigna-se nesta ata a participação presencial dos seguintes membros e convidados:

1. Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência ANDRÉ RICARDO DE FRANCISCIS RAMOS;
2. Juiz Auxiliar da CGJ MARCELLO RUBIOLI;
3. Promotor de Justiça MURILO BUSTAMANTE;
4. Juíza Federal DÉBORA VALLE DE BRITO – 9ª Vara Federal do Rio de Janeiro;
5. Senhor MARCELO MOLINA – Diretor da 9ª Vara Federal do Rio de Janeiro;
6. Defensora Pública SANDRA MARIA BARROS;
7. Defensor Público LEONARDO GUIDE;
8. Senhor LÉO VITOR BAPTISTA – TCE;
9. Senhora AMELIA LUZ – TCE;
10. Senhor HENRIQUE MONTEIRO -TCE;
11. Senhor ERIVALDO PEREIRA DE PAULA – TCE;
12. Senhor ROGÉRIO FERREIRA DA ROCHA – Subsecretario de Gestão Operacional da SEAP;
13. Senhor NILTON CARLOS DE SOUZA MACHADO – Coordenador da Monitoração Eletrônica - SEAP;
14. Senhor RENATO LISBOA DE CASTRO - Subcoordenador da Monitoração Eletrônica - SEAP;
15. Senhor CLEVERSON MOREIRA DE ALMEIDA – SEAP;
16. Senhor ROBERTO MARTINS SOARES – GMF/RJ;
17. Senhora ADRIANA LORIATO CITRO VIEIRA DE MELLO – VEP/TJRJ;
18. Senhora MARIANA LEIRAS – PNUD/CNJ;

Registra-se neste ato a presença momentânea da **Segunda Vice-Presidente do TJRJ Desembargadora Suely Lopes Magalhães, Supervisora do GMF/RJ**, pouco após o início da reunião, ocasião em que **Sua Excelência** saudou a todos e todas presentes e justificou sua ausência, eis que estava em outra reunião simultânea, em seu gabinete, com a pauta sobre Escritórios Sociais – Programa Fazendo Justiça – CNJ.

O Juiz Auxiliar da Segunda Vice-Presidência André Ricardo de Franciscis Ramos, Membro do GMF/RJ, ante a impossibilidade de permanência da **Segunda Vice-Presidente do TJRJ Desembargadora Suely Lopes Magalhães, Supervisora do**

GMF/RJ, abre os trabalhos às 14h15min. Inicialmente, esclarece que a pauta desta reunião versa sobre o processo de auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE) em relação a torneleiras eletrônicas aplicadas no monitoramento de pessoas com medida cautelar alternativa da prisão no processo de conhecimento, bem como instrumento de execução de pena. Relata que passou, aos auditores do TCE, o Ato Executivo Conjunto 2ªVP-TJRJ / SEAP n.01/2022, que trata das diretrizes para a aplicação da medida de monitoramento. Menciona, ainda, a Resolução CNJ n.412/2021 que estabelece procedimentos para a aplicação e o acompanhamento da medida de monitoramento eletrônico de pessoas. Informa que, segundo os auditores, no levantamento que o TCE trouxe ao TJRJ, obtido junto à SEAP, foi apontado o número de 7313 pessoas em regime aberto, cumprindo prisão domiciliar, com 456 com monitoração eletrônica, na fase de conhecimento e 150 pessoas com medidas protetivas de urgência relacionadas ao Juízo de Violência Doméstica. Ressalta que o **Juiz Auxiliar de CGJ Marcello Rubioli**, por sua grande expertise na VEP, respondeu ao último questionário da auditoria enviado pelo TCE. Elucida que em encontro anterior com a equipe de auditores do TCE, no **Gabinete da 2ª Vice-Presidência**, foi informado aos participantes que o questionário utiliza a técnica de análise SWOT, sendo esclarecido pelos referidos auditores que a palavra SWOT é um acrônimo formado pelas palavras inglesas: *Strengths* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças).

Em prosseguimento o **Juiz Auxiliar de CGJ Marcello Rubioli** discorre sobre as questões que apontou no mencionado questionário como I) forças; II) fraquezas; III) oportunidades e; IV) ameaças.

Sobre o tema, **Senhor Leo Vitor Baptista, Supervisor da equipe de auditoria do TCE**, relata que em 2021 ocorreu mudança de estrutura no TCE e foi construída a Coordenadoria de Auditoria de Políticas em Segurança Pública e Cidadania - CAD-Segurança, que promove a interlocução com várias instituições, como a SEAP, a PMERJ, a PCERJ, e o CBMERJ. Salaria que com essa mudança de viés, o TCE deixou de atuar tão somente de forma repressiva, nas auditorias de conformidade, e adotou também as auditorias de desempenho, através dos núcleos operacionais. Destaca a importância de se fazer uma avaliação de risco. Pontua que a matriz SWOT é de grande relevância, visando mapear o risco com maior impacto e maior probabilidade de ocorrer, a partir das fraquezas e ameaças que foram detectadas em relação à monitoração eletrônica. Acrescenta que a equipe fará um apanhado das boas práticas em todo o Brasil, trazendo-as para o Rio de Janeiro, naquilo que couber. Relata que o TCE ouviu os Entes envolvidos – MPRJ, SEAP,

TJRJ, DPGE – e a partir da matriz recebida de cada um desses atores é feita a consolidação. Salaria que a equipe de auditores está verificando as principais fraquezas e ameaças no monitoramento eletrônico e posteriormente as Instituições envolvidas terão ciência dessas informações. Destaca que a partir da matriz SWOT consolidada será desenvolvido um diagrama de verificação de risco. Em seguida, procede à apresentação do levantamento realizado da monitoração eletrônica no Estado do Rio de Janeiro. A referida apresentação integra a presente ata. **(Anexo I)**.

Em complemento ao tema, **Senhor Leo Vitor Baptista** exhibe aos participantes a matriz SWOT consolidada, relativa ao procedimento “*Verificar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças no âmbito da política penal de monitoração eletrônica no Estado do Rio de Janeiro*” a partir das respostas das Instituições – TJRJ; MPRJ; SEAP, apontando as questões mencionadas por esses Entes. A matriz SWOT consolidada integra a presente ata. **(Anexo II)**.

Ao longo da apresentação da matriz SWOT consolidada, o **Juiz Marcello Rubioli** e o **Promotor de Justiça Murilo Bustamante** fazem a sustentação de suas respostas ao questionário.

Em suas considerações finais, o **Juiz André Ricardo de Franciscis** enaltece a iniciativa do TCE e destaca essa oportunidade de interação entre os Entes participantes. Salaria que as ações debatidas neste encontro possibilitam não apenas diminuir o impacto financeiro no Estado, mas também pensar no jurisdicionado, destinatário dos serviços das Instituições presentes nesta reunião.

Na mais a tratar, encerra a reunião às 17 horas.

Juiz Auxiliar da Segunda Vice-Presidência André Ricardo de Franciscis Ramos
Membro do GMF/RJ